

Custo da anistia será de Cz\$ 377 bilhões

Do Sucursal de Brasília

O impacto total da anistia da correção monetária das dívidas dos micro e pequenos empresários contraídas durante o Plano Cruzado sobre o sistema financeiro e o Tesouro Nacional é de Cz\$ 377 bilhões (segundo o valor da OTN em 30 de junho passado), segundo os cálculos conjuntos do Ministério da Fazenda, Banco Central e Banco do Brasil. Este valor equivale a 281,95 milhões de OTNs ou US\$ 1.964 bilhão. Deste total, Cz\$ 249 bilhões são dívidas dos minis, pequenos e médios produtores rurais; e Cz\$ 128 bilhões às dos micro e pequenos empresários urbanos.

Os custos a serem arcados inte-

gralmente pelo Tesouro Nacional são de Cz\$ 194 bilhões. Eles se referem a repasses feitos aos bancos para financiamentos de empresas urbanas (Cz\$ 47 bilhões) e produtores rurais (Cz\$ 147 bilhões), que terão de ser cobertos pelo Tesouro. "Este é um dinheiro que estava programado para entrar no orçamento como crédito (OGU-Orçamento Geral da União), mas que não volta", disse ontem o coordenador de assuntos de política agropecuária do Ministério da Fazenda, Ricardo Conceição.

Além deste "rombo", o Tesouro Nacional poderá ainda arcar com parte do impacto que recairá sobre os bancos oficiais, que é de Cz\$ 128 bilhões. Como a União é, em muitos

O IMPACTO DA MEDIDA
Custo/Cz\$ bilhões - Valores em 30.06.88

Beneficiários	Empresas urbanas	Produtores rurais	Total		
			Cz\$ bilhões	OTN milhões	US\$ milhões
Instituições					
Tesouro Nacional	47	147	194	145,09	1.010
Bancos oficiais	49	79	128	95,73	667
Bancos privados	32	23	55	41,13	286
Total	128	249	377	281,95	1.964
Obs.: OTN = Cz\$ 1.337,12			US\$ = Cz\$ 192,00		

Fonte: BC, BB e MF

casos, o acionista majoritário dos bancos, os prejuízos podem ser contabilizados na rubrica correspondente à Secretaria Especial de Controle das Estatais (Sest) no

OGU. Conceição disse, porém, que ainda não é possível avaliar o montante a ser pago pelo Tesouro neste caso. Os bancos privados, por sua vez, vão arcar com Cz\$ 55

bilhões, dos quais Cz\$ 32 bilhões se referem às empresas urbanas e Cz\$ 23 bilhões aos produtores rurais.

Consequência

Segundo Conceição, não é possível comparar o prejuízo total com o PIB (Produto Interno Bruto) agora, pois "o resultado concreto se dará na implementação das medidas" — o pagamento do principal e juros das dívidas deverá ser feito até 90 dias após a promulgação da nova Constituição.

Para ele, o governo terá agora "enormes dificuldades" para continuar assistindo o setor rural através de financiamentos de custeio e investimentos, em função do prejuízo causado pela anistia. Os créditos

destinados ao custeio da comercialização das safras em julho "estão garantidos", afirmou, mas a partir de agosto os cálculos deverão ser refeitos. Segundo Conceição, já na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional deverão ser discutidos os financiamentos para o setor agrícola.

Segundo o coordenador de Assuntos Econômicos do Ministério da Agricultura, Benjamin Martinez, "vai ser muito difícil" que os bancos privados voltem a colocar os 250 milhões de OTNs previstas para o crédito rural da safra 87/88 à disposição da agricultura novamente, em função dos prejuízos causados pela anistia da correção monetária das dívidas.

BB poderá suspender a distribuição de dividendos



Do Sucursal de Brasília

O Banco do Brasil poderá não distribuir dividendos a seus acionistas após o balanço a ser divulgado no próximo dia 20 de julho em função do prejuízo arcado pelo banco com a anistia da correção monetária das dívidas dos micro, pequenos e médios empresários aprovada na última quarta-feira pelo Congresso constituinte. A afirmação é do presidente do Banco do Brasil, Mário Berard, dada em entrevista coletiva ontem em Brasília. Segundo ele, o Conselho Diretor do BB, em reunião antecedente, aprovou voto constituindo um fundo de provisão (reserva de contingência) no mesmo valor do prejuízo arcado pelo banco com a anistia, como forma de se ressarcir das perdas.

Berard reconheceu que a cotação das ações do banco já haviam caído ontem (sem, contudo, saber, quanto) e acrescentou que a constituição da provisão vai ter influência sobre o mercado acionário. "Se houver este tipo de problema que estamos prevendo, não tem distribuição de dividendos". Perguntado se o balan-

ço não apresentaria lucro líquido (a constituição das provisões é feita anteriormente ao cálculo do lucro líquido, de onde são retirados os recursos para a distribuição de dividendos), Berard respondeu: "Não sei. Vamos calcular". O balanço de abril demonstrou um lucro líquido de Cz\$ 58 bilhões.

Durante as negociações parlamentares sobre a anistia, o deputado Humberto Souto (PMDB-MG) — um dos autores da emenda — sustentou que os bancos não teriam prejuízos com o cancelamento da correção monetária pois poderiam se utilizar de provisões semelhantes à criada pelo Banco do Brasil. Estas provisões foram criadas pela resolução 1.334 e se destinavam a ressarcir os bancos de possíveis prejuízos decorrentes de subsídios ao crédito rural criado à época do Plano Cruzado. No final do ano passado estas provisões foram incorporadas pelos bancos ao seu lucro líquido.

O voto aprovado pelo Conselho Diretor do BB, afirmou Berard, também suspendeu "quaisquer liberações de recursos do banco ao setor rural (mini, pequenos e médios produtores) e micro e pequenos

empresários urbanos até que se conclua levantamentos detalhados das perdas". Em julho, os recursos destinados ao crédito de investimentos e custeio agrícola, segundo Berard, seriam de Cz\$ 30 bilhões e os destinados ao setor urbano de cerca de Cz\$ 10 bilhões. A suspensão só se aplicará aos contratos novos, os já assinados serão mantidos.

Caso os levantamentos demonstrem que as perdas sejam superiores aos valores dos financiamentos de julho, a suspensão dos créditos pode se estender a outros meses, uma vez que os empréstimos são feitos com o retorno dos investimentos feitos anteriormente. Segundo Berard, os financiamentos para o setor agrícola previstos em agosto são de Cz\$ 40 bilhões, Cz\$ 100 bilhões em setembro e outubro e Cz\$ 150 bilhões em novembro. Sobre os efeitos da suspensão dos créditos, Berard ponderou que ela prejudica a "safra agrícola, o país e toda a sociedade".

Ele condenou a inclusão da anistia no texto constitucional, dizendo que a melhor solução seria a continuidade das negociações caso a caso entre o banco e os devedores. Ele ressal-

tou ainda que os riscos originados a partir do princípio de isonomia constitucional podem ser "mais graves" que a própria emenda, uma vez que os devedores que já pagaram a correção monetária podem recorrer à Justiça para serem ressarcidos, respaldados por este princípio. Segundo ele, o percentual de inadimplência dos mutuários do BB aumentou após o início das discussões sobre a anistia, baseado nos dados de que no final de março este índice era de 3,5% do total de mutuários e em maio já havia subido para cerca de 12%.

Também a operacionalização dos cálculos dos prejuízos causados pela anistia se tornaram mais difíceis, disse Berard, em função das restrições impostas pela emenda (também aprovada) do deputado Roberto Freire (PCB-PE), que limita a as de produtores que possuem até cinco módulos rurais. No Banco do Brasil, afirmou, a conceitualização de módulo variam de região para região e de acordo com o tipo de cultura. O BB possui cerca de dois milhões de contratos, disse, que correm o risco de serem anistiados, 1,3 milhão na área rural e 700 mil na área urbana.

Suspensão de programas não foi comunicada ao BNDES

Do Sucursal do Rio

A determinação do presidente José Sarney de suspender os programas orçamentários destinados às pequenas e médias empresas, controlados pela Secretaria do Planejamento (Seplan) não havia, até ontem à noite, sido comunicada oficialmente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Soci-

al (BNDES). A informação foi dada pelo presidente do banco, Márcio Fortes, através de seu serviço de comunicação social. Fortes disse, porém, que o BNDES está disposto a suspender os empréstimos às pequenas e médias empresas se a anistia da correção monetária aprovada pelos constituintes na quarta-feira causar prejuízo ao caixa do banco.

Os técnicos do BNDES começaram ontem a calcular o impacto financeiro da anistia e o resultado só deverá ser conhecido em meados da próxima semana. De janeiro a maio, o banco concedeu Cz\$ 21,3 bilhões de empréstimos às micro, pequenas e médias empresas, através dos bancos estaduais de desenvolvimento e dos bancos de investimento. O orçamento prevê mais Cz\$ 105 bilhões

para empréstimos a este segmento, até o final do ano.

A Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) reuniu ontem pela manhã 32 representantes da rede bancária do setor de crédito rural para discutir a anistia. No encontro, estava representado mais de 90% do sistema de crédito agrícola da rede bancária privada.

Amato não acredita em fim do apoio à pequena empresa

Do correspondente em Bauru

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mario Amato, disse ontem, em Bauru (335 km a noroeste de São Paulo), que não acredita que o governo vá formalizar a suspensão dos programas de auxílio a pequenas e médias empresas, depois de o Congresso constituinte ter aprovado a emenda que anistia a correção monetária relativa aos empréstimos contraídos durante a vigência do Plano Cruzado.

Segundo Amato, os empresários ainda vão tentar convencer os constituintes de que a regulamentação da anistia é "um mau precedente porque vai instituir o calote no país". Ele acha injusta a medida aprovada, porque pode resultar em mais impostos para a sociedade. "Eu não acho justo. Os empresários têm que correr riscos, se eles não dividem os lucros, porque querem então socializar os prejuízos".

Debate

Amato disse que a Fiesp vai tentar convencer os constituintes, através de reuniões de trabalho, mas sem a formação de lobbies. "Eu os vi nas

galerias do Congresso e achei aquilo uma violência. Não é a melhor maneira de se fazer". Amato acha que o governo não vai penalizar com a suspensão de crédito aqueles que venderam suas propriedades para pagamento de dívidas. "Isso eu quero ver", afirmou.

O presidente da Fiesp reuniu-se para um debate a portas fechadas, por mais de uma hora, com cerca de 150 empresários da região de Bauru. Na reunião, no Sindicato do Comércio Varejista, empresários de Marília (SP) entregaram um manifesto com 13 assinaturas. No documento, eles criticam os acordos coletivos de trabalho, firmados entre Fiesp e sindicatos de metalúrgicos.

"Fase difícil"

Segundo o manifesto, esses acordos não atendem aos interesses do empresariado do interior. O mesmo documento diz também que a "Fiesp não deve procurar apoio no interior, no momento em que está atravessando uma fase difícil". Amato disse ainda que recebeu com muita tranquilidade as críticas e que "é preciso que seja diferenciada a promoção social das reais necessidades do empresariado".

Governo estuda corte em gastos com agricultura

Da Reportagem Local e do correspondente em Franca

O governo federal já está trabalhando na elaboração de um programa de prioridades para a agricultura. O objetivo: um possível corte nas operações de crédito em função do custo representado pela anistia aos pequenos empresários. Participam dos estudos vários técnicos dos ministérios da Agricultura, Fazenda e Planejamento, do Banco do Brasil e do Banco Central. E uma ação preventiva. Se o Congresso constituinte mantiver o perdão aos devedores no segundo turno da votação da Constituição, e se o setor agrícola for incluído numa eventual política de cortes, o presidente José Sarney terá os dados necessários, por produto e região, para futuras decisões.

O diretor de Planejamento da Companhia de Financiamento da Produção, Célio Brovino Porto, que deu a informação, entende que Sarney não pretendeu retaliar os agricultores por causa da anistia a determinar a suspensão de todas as operações de custeio e investimento ao setor agrícola com recursos do Tesouro Nacional. Segundo ele, se fosse esta a intenção o governo teria bloqueado as atuais linhas de compra da safra já colhida e não os créditos para o plantio a ser iniciado em setembro. "É uma parada para calcular", disse.



Américo Utami, presidente da Organização das Cooperativas do Estado

O empresário Américo Utami, presidente da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo e diretor-financeiro da Cotia, espera que a suspensão dos créditos seja temporária. "A agricultura não poderá ser prejudicada por isso (a anistia)". Um corte profundo nos créditos agrícolas, por prazo prolongado, "inviabilizaria o setor", segundo ele, e o país seria prejudicado.

Para Utami, o governo age corretamente ao fazer um balanço dos reais custos da anistia. Para ele, a

área que sentirá já a suspensão dos créditos para custeio e investimento é a dos hortigranjeiros, pelo fato de produzir o ano inteiro. Na opinião de Utami, o governo deveria negociar com os parlamentares para que no segundo turno se adotem propostas "factíveis, específicas para os endividados".

Sem prejuízo

O ministro da Agricultura, Iris Rezendem disse ontem, em Franca (400 km ao norte de São Paulo), que

a medida anunciada pelo governo de suspender o crédito agrícola não acarretará prejuízos aos agricultores, uma vez que a safra de inverno está "praticamente plantada e apenas a olericultura e a cultura do fumo estão na dependência de empréstimos".

Rezendem disse ainda que no próximo dia 13, durante a reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) haverá apreciação das novas regras para o custeio e investimentos agrícolas; fixação das novas regras dos Valores Básicos de Custeio e os preços mínimos para a próxima safra de verão. "Até lá não há nenhuma possibilidade de contrair empréstimos para o custeio em virtudes dessas regras", afirmou.

O governador de São Paulo, Orestes Quercia, que também esteve ontem em Franca, disse que se a emenda anterior fosse aprovada, onde a anistia era mais ampla, provocaria um "desarranjo muito grande para os bancos". Ele acredita que "o que foi aprovado não irá ocasionar tanto prejuízo aos bancos".

Para o presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp), Fábio Salles Meirelles, 59, "a reação do governo foi pensando apenas no orçamento público, e isso o governo terá que reformular". Segundo ele "houve um superávit de US\$ 10 bilhões na balança comercial brasileira no tocante a agropecuária" em 87.

Saulo encontra Ulysses e critica Constituinte

JOSIAS DE SOUZA

Secretário de Redação do Sucursal de Brasília

Na primeira audiência que teve com o presidente interino da República, Ulysses Guimarães, ontem à tarde, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, fez duras críticas ao texto da nova Constituição. Disse que considera uma "verdadeira aberração" o trecho do capítulo das Disposições Transitórias que trata da correção monetária dos débitos de instituições financeiras liquidadas extrajudicialmente. "O artigo (ainda não numerado) deixa de fora os poupadores privados, entre os quais estão milhões de brasileiros, pequenos poupadores", disse o consultor. "Não sei se esse erro foi cometido por ignorância ou para ajudar as instituições financeiras", completou Saulo, em entrevista à Folha, após o encontro com Ulysses.

Saulo esteve com Ulysses, no Palácio do Planalto, antes de viajar

para São Paulo, onde passará o final de semana. O artigo que criticou estabelece que apenas o Banco Central e o Banco Nacional da Habitação (BNH), já extinto, terão seus créditos, junto a instituições financeiras sob intervenção, liquidação extrajudicial ou falência, corrigidos monetariamente. Na opinião do consultor, transmitida a Ulysses, que presidia a sessão do Congresso constituinte no momento em que o artigo foi aprovado, a medida é "absolutamente inócua". Ele explicou os motivos: "A legislação atual já estabelece a correção dos créditos do BC e do BNH. Basta ler a lei 4.380, de 1964, no caso do BNH, e o decreto-lei 1.477, para os créditos do BC."

O mais grave, segundo o consultor, é que o texto da nova Constituição "deixa os criminosos de colarinho branco numa situação mais confortável do que a que desfrutam

hoje". De acordo com o seu raciocínio, além de não instituir a correção monetária para os "créditos do investidor privado e os da poupança popular", o artigo aprovado pela Constituinte, se for mantido como está, acabará prejudicando o BC e o BNH. "A legislação atual estabelece que todos os créditos destas instituições são corrigidos monetariamente; o artigo aprovado seleciona apenas alguns créditos, deixando sem correção diversos outros", afirma Saulo Ramos. De fato, o texto aprovado aponta os tipos de operações sobre as quais incidirá correção monetária: empréstimo; financiamento; refinanciamento; assistência financeira de liquidez, de cessão ou subvogação de créditos hipotecários ou de cédulas hipotecárias, realizados com recursos próprios do BC e do BNH ou por fundos geridos por estas instituições. "Há muitos tipos de operação que foram deixados de fora — créditos das

multas e das despesas com a liquidação, por exemplo", disse Saulo. "Os constituintes especificaram casuisticamente a origem dos créditos. Por que não colocaram todos?"

Na prática, se prevalecer a tese do consultor, as pessoas que tinham algum tipo de investimento em instituições como o Grupo Delfim e o Coroa-Brastel continuarão sem receber parte da correção monetária dos seus créditos. No dia 19 de novembro de 1985, o presidente José Sarney baixou um decreto-lei (2.278) instituindo a correção dos passivos das empresas em liquidação. A partir desta data, todos os tipos de investidores — privados ou oficiais — passaram a ter seus créditos corrigidos. Mas para os casos de empresas liquidadas antes desta data, somente uma norma das Disposições Transitórias da nova Constituição poderia determinar a correção retroativa dos passivos.